

Quanto menor a dívida

A DÍVIDA externa já não é mais um fator de constrangimento na economia brasileira. Tanto assim que o desfecho da renegociação com os credores, na semana passada, passou quase despercebido, sem maiores repercussões nos mercados internacionais. Hoje, o problema parece até simples; na verdade, para se chegar ao atual estágio, a economia precisou atravessar longo e difícil processo de ajustamento — durante o qual o país não pôde contar com poupança externa e se tornou exportador de capitais.

ESSA triste página acaba de ser virada. No acerto com os credores, o estoque do endividamento bancário sob responsabilidade direta ou aval do Tesouro Nacional será reduzido para US\$ 32 bilhões, por meio da troca de títulos velhos por novos que embutem um desconto da ordem de 35% sobre o antigo valor. Também o pagamento de boa parte dos juros ficou previamente acertado para os próximos 30 anos. Garantias reais, decorrentes da aplicação das reservas cambiais, respaldarão o acerto.

Do ponto de vista de operações de crédito, o problema

está equacionado. No entanto, ainda é possível avançar mais em toda essa questão, antecipando-se o resgate do estoque da dívida sem que o país desembolse recursos efetivamente.

COMO bem frisou, em entrevista ao GLOBO, a diretora do BNDES para privatização, Elena Landau, a participação dos investidores estrangeiros no programa de desestatização foi até agora ínfima, correspondendo a pouco mais de 1% do total transacionado. Os títulos da dívida externa estão entre as moedas de pagamento aceitas, mas quase não foram usadas porque os investidores em potencial preferiam aguardar a conclusão dos entendimentos do Brasil com seus credores. Além disso, esses papéis encontravam-se em situação de desvantagem fiscal e de preços quando comparados às moedas internas de privatização.

A QUANTIDADE disponível de moedas internas reduziu-se significativamente e o quadro de renegociação com os credores definiu-se. Está criada, assim, a oportunidade para uso intenso de títulos da dívida externa na privatização. Um banco estrangeiro de tradição

externa
no mercado brasileiro de capitais identificou essa possibilidade e já constituiu um fundo no exterior para atrair investidores tendo como atrativo as próximas privatizações no setor elétrico.

DE fato, a desestatização do setor deverá dar novo impulso ao programa. As companhias de eletricidade respondem por mais de um terço da dívida pública externa com os bancos (sem incluir o endividamento com instituições oficiais ou multilaterais de crédito), havendo assim caminho natural para troca de débitos por ações. A desestatização do setor terá necessariamente grande dimensão, o que é apropriado para uma participação diluída de investidores estrangeiros em parceria com capitais nacionais.

MESMO que a dívida externa tenha deixado de ser o ogro que habitava em nossos pesadelos, quanto menor ela for, melhor será. Toda redução significará que o Tesouro terá menos encargos financeiros e mais dinheiro para assegurar a eliminação do déficit público e promover investimentos em áreas sociais, como habitação, saúde, educação e segurança.